

Saúde Pública



Cassação da liminar que suspendia o PAS não provocou alteração jurídica nas ações contra o plano. Trabalhadores da saúde continuam mobilizados para traçar estratégias contra a privatização do setor.
Pág. 6

LDB

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira pode ser votada a qualquer momento. Segundo assessor parlamentar do Conselho Federal de Psicologia, o projeto que se encontra na Câmara dos Deputados é fruto de uma artimanha política do senador Darcy Ribeiro.
Pág. 11 e 12

Psicólogos realizam novos Congressos

Fórum de entidades já decidiu como serão organizados os encontros deste ano. Práticas alternativas, avaliação psicológica e a proliferação de cursos de psicologia serão debatidas para deliberação das políticas de enfrentamento e operacionalização do próximos passos dos psicólogos.

Págs. 8, 9 e 10



REUNIÃO DO FÓRUM DE ENTIDADES EM BRASÍLIA:
LIDERANÇAS DOS PSICÓLOGOS TOMAM AS DECISÕES FINAIS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO CONGRESSO

Qualidade do ensino superior

Recadastramento mostra que profissionais formados por escolas particulares têm menos chances de atuar como psicólogos. Para coordenadores do trabalho, esses dados permitem avaliar cursos a partir da realidade do mercado.
Pág. 13

COMISSÃO DO SENADO APROVA SALÁRIO MÍNIMO PARA PSICÓLOGO.

Pág. 6

Orientação

CRP explica como psicólogo deve agir se for chamado para prestar esclarecimentos como testemunha em processo judicial.

Pág. 16

ENTREVISTA

CPI dos Manicômios

Vistoria em hospital psiquiátrico constata que pacientes eram submetidos à camisa-de-força e espancamentos. Movimento da luta antimanicomial quer recolher 1 milhão de assinaturas em apoio ao projeto Paulo Delgado, que prevê o fim dos hospitais.

Pág. 7



Cecília Coimbra

A analista institucional e professora da Universidade Federal Fluminense fala sobre as práticas psicológicas no Brasil da ditadura e defende que o profissional da psicologia busque se inserir nas lutas dos movimentos sociais para assessorá-los.

Págs. 3 a 5

EDITORIAL

Fortalecer a psicologia

A partir deste número, o *Jornal do CRP-06* passa a destacar a preparação do II Congresso Nacional da Psicologia, importante marco do processo de organização dos psicólogos e da afirmação da psicologia como profissão. Sua realização se situa no conjunto do processo de transformações de nossas entidades profissionais e das condições do exercício profissional.

O I Congresso Nacional, realizado em agosto de 1994, constituiu-se no primeiro momento desse processo, que analisou em termos globais a realidade do exercício da psicologia e a sua inserção na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, propôs mudanças significativas nos Conselhos de Psicologia, dotando-lhes de maior representatividade, agilidade e eficácia para o enfrentamento das questões levantadas, tendo sempre como referência o fortalecimento da organização democrática dos psicó-

logos e a presença da profissão no cenário nacional visando à consolidação de uma identidade de abrangência nacional para a psicologia, bem como as transformações das condições para o adequado exercício profissional e para a qualificação da formação do psicólogo.

Devem ser destacadas, nesse aspecto, a proposta de transformação do Conselho Federal de Psicologia em Conselho Nacional de Psicologia e a instituição dos Congressos Regionais e Nacional como instâncias máximas de deliberação para o estabelecimento de diretrizes políticas para as entidades. A primeira significa substituir uma concepção de entidade que se organiza pela justaposição de elementos regionais por outra que prioriza as ações políticas de abrangência nacional, ao mesmo tempo que significa maior autonomia dos Conselhos Regionais. A realização dos Congressos Regionais e Nacional, a cada três

anos, implica, por sua vez, que as entidades formularão suas ações a partir das diretrizes estabelecidas diretamente pela categoria dos psicólogos.

O I Congresso foi o desaguadouro das demandas dos psicólogos a partir das diferentes inserções que compõem a diversidade do exercício profissional e do necessário fortalecimento das entidades profissionais: demandas essas que puderam ser debatidas e elaboradas coletivamente, produzindo referências para as ações das entidades nos últimos dois anos. O II Congresso Nacional, a se realizar em agosto próximo, deve situar-se em patamar organizativo superior por decorrência das experiências do Congresso anterior e da execução do que foi por ele desenhado. Deverá aprofundar temas tratados em 1994 e que constituem urgências da realidade profissional dos psicólogos que atuam no país.

O temário do Congresso, estabe-

lecido pelo Fórum Nacional das Entidades de Psicologia, abrangerá aspectos do exercício profissional, da formação profissional e, também, a análise e o posicionamento acerca da legislação que regulamenta a profissão (Lei 4.119/61) e que rege os Conselhos de Psicologia (Lei 5.766/74).

As chamadas terapias alternativas e as questões relativas à avaliação psicológica, em seus aspectos éticos, sociais e políticos, constituem os temas específicos referentes ao exercício profissional. Quanto à formação, há vários anos todas as análises e proposições são consensuais em apontar a proliferação desorganizada dos cursos de psicologia como responsável pelo nível deficiente de qualificação dos profissionais e pela deprimente realidade do mercado de trabalho. O que se propõe é que o Congresso formule as bases de uma política nacional para o enfrentamento dessa situação.

CARTAS

ATESTADO PSICOLÓGICO

A respeito da polêmica em torno dessa questão, acredito que está na hora de mostrarmos que a psicologia é ciência autônoma, e não auxiliar da medicina, ambas da área da saúde e cada qual cuidando de sua parte.

Se o psicólogo é competente para realizar tratamento, como não poderia sê-lo no momento de avaliar a necessidade ou não de uma licença-saúde, no que tange à sua área específica de saúde mental? O afastamento temporário do trabalho muitas vezes contribui eficazmente para o sucesso do tratamento e a empresa, quando do retorno do funcionário, irá encontrar alguém mais bem estruturado e equilibrado.

Rosana Cathya Ragazzoni Mangini
CRP 06/31.837-2

Em relação ao tema penso e pergunto: por que não podemos atestar sobre o paciente que nos procura e se encontra em condições psicológicas precárias para realização de seu trabalho? (...)

Sou da opinião de que temos esse direito, pois um indivíduo preocupado, angustiado, deprimido, não consegue produzir o suficiente para se sentir realizado, satisfeito no que tem para cumprir. Conseqüentemente, acontece a frustração, o desânimo e até mesmo o suicídio.

Maria Amélia da Silva Nagaoka
CRP 06/44.584-9

RECADASTRAMENTO

Muito interessante o artigo do jornal 97, pág. 13. Mais uma vez estamos discutindo sobre a dificuldade de empregos na área da psicologia e sobre os profissionais que mesmo atuando não conseguem sobreviver de seus ganhos. Chamou-me a atenção a seguinte frase: "Do total de psicólogos que declaram atuar na profissão, mais da metade, ou seja 57%, cumpre jornada de até 20 horas, o que deixa dúvidas de que consigam sobreviver da psicologia".

Ana Stela A. Cruz
CRP 08.509/-6

TRATAMENTO PSICOLÓGICO E IMPASSES FINANCEIROS

Acho que o terapeuta, ao estabelecer o contrato juntamente com o sujeito, não pode avaliar o que poderá transcorrer ao longo do tratamento. O pagamento tem implicações psicológicas de como o paciente recebe ajuda e como ele a processa dentro de si. (...) Há situações em que o não pagamento pode ser uma agressão ou tentativa de mobilizar os limites do terapeuta. (...)

Acho que a lei existe dentro do setting. Desrespeitado ou sentindo-se lesado, cabe ao terapeuta interromper o tratamento. Às vezes, a ruptura pode ser substancialmente significativa para o paciente. A dinâmica psíquica é complexa, se desenvolve em fluxos e refluxos e o terapeuta precisa avaliar os aspectos envolvidos em cada caso.

Marli Pereira da Silva
CRP 21.316-7/06

Sobre o possível impasse financeiro, quando o cliente não pode ou não quer cumprir o compromisso de pagar as consultas, (...) trata-se, antes de mais nada, de proteger a delicada relação vivida no setting terapêutico.

Vejo a necessidade de estabelecer critérios para a discussão do assunto entre nós. Em primeiro lugar, o critério da assertividade. Importa defendermos com garra e dignidade, serenidade e educação os valores de nosso trabalho, inclusive financeiro. (...)

Do lado do cliente é preciso levar em consideração a situação precária de saúde mental no nosso país, assim como o fato de ainda vivermos a dura realidade de pertencermos ao grupo de terceiro mundo. (...)

Quanto ao procedimento no caso de o cliente recusar-se a pagar, acredito dever começar por uma profunda auto-análise do terapeuta, cuja relação com o cliente parece não ter ultrapassado o limiar do mais elementar rapport.

Milton Paulo de Lacerda
CRP 6/21.251 - 6

Nota da redação - devido ao grande número de cartas que chegaram ao CRP tratando da questão do pagamento, o Jornal do CRP continuará publicando nas próximas edições as opiniões dos profissionais sobre o assunto. Por uma questão de espaço, as cartas serão publicadas resumidamente, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

EFETIVOS: Augusto Sérgio Callile, Cláudia M. Sodrê Vieira, Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Erane Paladino, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, José Alberto S. Correia, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria Cristina Pellini, Nelson D'Angelo Ribeiro, Othon Vieira Neto, Rosalice Lopes, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corosine **SUPLENTE:** Ana Maria R. de

Carvalho, Ana Maria A. Melo, Anita Cecília Lofrano, Armando de Freitas Pinho, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Dayse Cesar Franco Bernardi, Glória E. B. Pires von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Roberto Tozoni Reis, Leny Sato, Luiz Humberto Sivieri, Nilma Renides da Silva, Roberto Moraes Salazar e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Marcos Colen, Othon Vieira Neto e Sérgio Braghini
Editora: Juliana Motta
Texto: Juliana Motta e Dinorah Ereno
Revisão: Dinorah Ereno

Diagramação e Editoração Eletrônica: Digital Artes Com. e Edit. (011) 605-6098
Impressão: Bangraf
Tiragem: 38.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

Sede:

Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP. 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857

Marcos Issa



ENTREVISTA

Cecília Coimbra

“O que estamos produzindo com nossas práticas?”

A PSICÓLOGA FALA DE SUA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS PRÁTICAS “PSI” NO BRASIL DO MILAGRE ECONÔMICO E REITERA A NECESSIDADE DE QUE A PSICOLOGIA REPENSE, A CADA MOMENTO, QUE TIPO DE SUBJETIVIDADES ESTÁ PRODUZINDO E QUEM SUAS PRÁTICAS ESTÃO FAVORECENDO

Cecília - Esse livro, na realidade, a minha tese de doutorado. Ele é uma tentativa de juntar a história com a psicologia e, coisa mais importante, ele é a história de uma geração, da minha geração. Ele é também uma tentativa de pensar como é que estavam as práticas da psicologia no período da ditadura militar.

Eu começo colocando o que chamo de produção de subjetividade, baseada na linha do Félix Guattari, e tento fazer uma contextualização histórica dos anos 60 e 70. E, a partir daí, tento apontar que práticas da psicologia, principalmente da psicanálise, vão sendo produzidas naquele período. E que subjetividades vão sendo fortalecidas e mesmo produzidas por essas práticas. Eu abordo três grandes práticas da psicologia: a psicanálise, o psicodrama e as terapias neo-reichianas e vou estudando principalmente o eixo Rio-São Paulo.

psicólogo. Eu fiz história antes de fazer psicologia. Nos anos 60 eu estudava história e era militante do PCB. Quer dizer, eu vivi como estudante e militante do PCB o golpe militar de 1964. Depois eu fui fazer psicologia. E a história foi fundamental para a minha percepção de que os cursos de formação de psicologia, em especial nos anos 70, eram uma produção massiva de profissionais pseudamente neutros, apolíticos, profissionais não implicados com a realidade e sem nenhum compromisso social. Eu sou professora e tenho responsabilidade com a parte do estágio e tenho muita preocupação com o que os cursos de psicologia estão produzindo e que profissionais são esses que estão saindo da universidade. Eu acho que aquilo que eu falo dos anos 70 infelizmente ainda hoje, hegemonicamente, continua na maioria dos cursos. Obviamente hoje temos um pouco mais de espaço para

brasileira.

CRP - Uma das questões que a sra. aponta diz respeito à utilização da psicologia pelo aparato de repressão. Há inclusive a citação de uma pesquisa que foi aplicada junto aos presos políticos para estabelecer o perfil psicológico do “terrorista brasileiro”. Além desse tipo de pesquisa, de que outras formas a psicologia esteve a serviço da repressão?

Cecília - Esse é um exemplo extremo das práticas de alguns profissionais psicólogos naquele período. Mas durante todo o livro eu vou apontando, através do que chamo de situações analisadoras, de que outras formas as práticas da psicologia estavam também colaborando com aquela situação, com a pretensa neutralidade, com a questão da assepsia, uma relação asséptica entre paciente e terapeuta. Eu vou tentando mostrar através de exemplos acontecidos não só nas chamadas sociedades oficiais de psicanálise do Rio de Janeiro e de São Paulo, como também dentro do próprio psicodrama e das chamadas terapias neo-reichianas. Porque os dois vêm com um discurso libertário, questionando a prática elitista da psicanálise, mas, na realidade, também produzem determinadas práticas extremamente estigmatizadoras. Eu vou tentando apontar isso.

Uma coisa que é importante enfatizar é que eu não estou preocupada em questionar a teoria psicanalítica, a teoria

“TENHO MUITA PREOCUPAÇÃO COM O QUE OS CURSOS DE PSICOLOGIA ESTÃO PRODUZINDO.”

A psicóloga e historiadora Cecília Coimbra viveu o golpe militar de 1964 como militante do PCB. Presa no DOI/Codi do Rio de Janeiro por três meses, em 1970, precisou interromper seu curso de psicologia, que só conseguiria terminar em 1975. Já nessa época estava atenta ao fato de que os cursos de psicologia formavam profissionais pretensamente neutros, apolíticos eamentos populares que continuaram denunciando as irregularidades cometidas no período do regime militar e exigindo a apuração dos fatos que tantos brasileiros tentam esquecer e muitas autoridades insistem em dizer que não existiram. Foi uma das fundadoras do Grupo Tortura Nunca Mais, do qual é hoje a presidente.

Portanto, não foi gratuita a escolha do tema de sua pesquisa de doutorado: as práticas psicológicas na época da ditadura militar e que tipo de subjetividades estavam contribuindo para produzir, que publicou no final do ano passado, pela Editora Oficina do Autor, sob o título “Guardiães da Ordem, uma viagem pelas práticas ‘psi’ no Brasil do milagre”. Hoje professora na Faculdade de Psicologia da Universidade Federal fluminense, já pensa num próximo projeto para 1997: estudar o que a mídia, com a veiculação da violência, está produzindo de subjetividades.

Nesta entrevista ao Jornal do CRP a psicóloga explicou por que ainda hoje não se cansa de bater na mesma tecla: que o campo de conhecimento das chamadas ciências sociais e humanas trata de realidades concretas e não de conceitos abstratos em nome dos quais qualquer prática pode ser justificada.

CRP - No seu livro “Guardiães da Ordem” a sra. mostra um pouco do percurso das práticas psicológicas no Brasil da ditadura militar. Como sur-

ENTREVISTA

"DE ACORDO COM A VISÃO DA DITADURA, OS MILITANTES DE ESQUERDA ERAM PESSOAS DOENTES."

psicodramática, as teorias neo-reichianas ou as outras teorias. Eu estou querendo pensar as práticas que estão sendo produzidas e seus efeitos no mundo.

Eu tento mostrar que os anos 60 e 70 produziram, no Brasil, uma série de subjetividades muito coerentes com o que vem acontecendo desde o surgimento do capitalismo, e que aqui se acirraram na ditadura militar. Surge a questão de que a família está em crise, precisa ser atendida por profissionais especializados. Isso remete à questão do intimismo, da desqualificação do que é público, do que é político.

De acordo com essa visão da ditadura, os filhos desviantes dessas famílias eram considerados o efeito dessa crise e precisavam ser tratados. E essa pesquisa encomendada aqui no Rio de Janeiro tem como tese que aqueles militantes que faziam oposição, armada ou não ao regime, eram advindos de famílias desestruturadas, em crise. Em suma, pessoas doentes. Eles então aplicaram um questionário, que é uma anamnese, onde entravam muitos detalhes sobre a família. E também aplicaram os testes de Rorchasrch e o Rosenveithen, além de testes de QI, de nível mental. Muitos presos se negaram a responder e foram novamente torturados. Há vários casos assim. E as conclusões dos testes apontam que esses ditos terroristas apresentavam "escasso interesse social, dificuldade de relacionamento com o meio", o que contraria completamente o comportamento dos militantes políticos da época.

Embora essa pesquisa tenha sido patrocinada pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército, com a participação de psicólogos militares, houve também a participação de psicólogos civis que faziam estágios no Centro de Pesquisa de Pessoal do Exército em cursos de pequena duração. Inclusive, na época da regulamentação da profissão de psicólogo, em 1962, houve muita pressão dos militares para que os alunos que tivessem frequentado esses cursos obtivessem o título de psicólogo, e eles conseguiram aprovar isso.

CRP - O que se vem observando é que tudo isso ainda hoje continua ocorrendo nos processos de avaliação psicológica. Mas, se hoje não temos o terrorista, temos categorias sociais sendo estigmatizadas pela utilização desses instrumentos, seja nos hospitais psiquiátricos, seja pela criação de classes especiais, para citar apenas dois exemplos. Esse assunto inclusive será

um dos temas centrais dos Congressos Regionais e Nacional de Psicologia neste ano. Como essa questão deve ser abordada?

Cecília - Eu vou tentar ligar essa questão à minha militância no Grupo Tortura Nunca Mais, que é uma entidade de direitos humanos. Desde que o Grupo foi criado temos tentado fazer a vinculação do que ocorreu nos anos 60 e 70 com o que ocorre hoje. A nossa luta procura resgatar a história para que as pessoas possam entender não só o que aconteceu naquele período, mas o que está acontecendo hoje.

Nós, psicólogos, temos de pensar que esses instrumentais que utilizamos não são neutros. Eu trabalhei muitos anos em escola como psicóloga. O que víamos era a aplicação de testes que não tinham nada a ver com a realidade daquela criança, para rotular, estigmatizar. Por outro lado, na minha opinião, não devemos pensar apenas em como os testes estão sendo utilizados, mas também no porquê dessa utilização e no que esse instrumental está produzindo.

Eu vou citar um exemplo. Há dois anos eu estou trabalhando muito com o Judiciário. Eu tenho um estágio em presídio semi-aberto e no Juizado da Infância e da Adolescência. E vemos com muita clareza como as crianças infratoras encaminhadas ao Juizado são rotuladas pelo psicólogo como sendo primitivas, tendo uma vida interior muito pobre. Eu acho até que a utilização do teste nos dá um respaldo pela nossa insegurança. Pelo mito da cientificidade, acreditamos que os testes vão mostrar a verdade. Então faz-se o levantamento a partir daquelas respostas estereotipadas que eles dão. Com isso o psicólogo respalda a sua insegurança enquanto profissional.

Por tudo isso o teste exige muito cuidado na utilização. É preferível não utilizá-lo, não ter psicólogo num Juizado, do que ter profissionais que estão, com suas práticas, fortalecendo, referendando e legitimando a produção de excluídos.

CRP - É justamente o modelo de formação que vem sendo seguido pelas universidades que tem produzido essas práticas. Por outro lado, assistimos hoje a uma proliferação indiscriminada de cursos de psicologia, sem critérios de

qualidade. Esses temas também serão apreciados nos Congressos da categoria. Como a sra. vê essas questões?

Cecília - Acredito que meu livro contribui para a discussão sobre o que eu chamo de modismo, o "boom" da psicologia. Não é à toa que apareceram tantos cursos de psicologia a partir da década de 70. De repente, em cada esquina há uma faculdade oferecendo cursos de pedagogia, comunicação, psicologia, letras, que começam a proliferar em detrimento dos cursos de filosofia, sociologia, história. Penso que isso se deve ao momento histórico que atravessamos, no sentido de que esses eram profissionais importantes para fazer uma leitura da realidade que interessava ao sistema.

Essa situação veio se agravando com as tentativas de privatização das universidades e a redução de incentivos para as universidades públicas, por parte do governo. Na reforma universitária de 1968/69 houve o incentivo ao setor privado. Eu já dei aulas em universidades privadas e o que vemos nessas instituições é um arremedo de pesquisa, um controle inexistente. O professor é pago única e exclusivamente pelas aulas dadas, as reuniões de departamento são outro arremedo e as entidades de alunos são toleradas, mas extremamente controladas.

Todas essas questões vão estar influenciando no tipo de psicologia que está sendo ensinado nessas universidades. São cursos caros, com aulas noturnas para pessoas que trabalham durante o dia e que já chegam cansadíssimas. São cursos de péssima qualidade, sem dúvida. Os estágios de psicologia aplicada são arremedo de estágio. Dessa forma, cria-se um contexto em que os professores nessas universidades, também formados de forma precária, ensinam uma determinada maneira de se perceber e se praticar a psicologia extremamente retrógrada e conservadora.

Eu estou me referindo às universidades particulares, mas na universidade federal onde leciono o curso de psicologia infelizmente ainda é bastante positivista, com o predomínio de apenas uma visão da psicanálise, em que só a estrutura intrapsíquica e as relações psicológico-existenciais interessam. As relações de poder, de exploração, que estão aí no mundo, não são contempla-

das, é como se não existissem.

Como o mundo não pode entrar na sala de aula, forma-se um profissional que acredita que é um especialista, neutro, e que só vai tratar de relações psicológico-existenciais. Os cursos de formação ainda estão dentro dessa tradição, e é importante o trabalho dos Conselhos no sentido de nos ajudar, porque nós somos muito poucos dentro das universidades tentando produzir rupturas e pensar um pouco mais criticamente essa formação.

CRP - Um dos problemas que geralmente se detectam na questão da formação é a falta de interlocutores nas universidades, que, em nome de uma suposta autonomia, têm muita resistência a discutir sua própria situação e rever seus modelos. Isso tem trazido conseqüências desastrosas, como, por exemplo, a falta de uma discussão séria sobre a ética que está embasando esses cursos.

Cecília - O canal de comunicação possível é via conselhos profissionais. Eu concordo que tudo isso que estamos apontando tem a ver com a postura ética do profissional. A disciplina ética, dentro do curso de formação, é relegada a segundo plano. A discussão fica restrita a leituras do Código de Ética, sem que se pense como é que as práticas do psicólogo têm sido responsáveis por uma série de coisas nesse mundo.

Dessa forma, a ética torna-se muito abstrata e, para mim, ela é muito concreta, tem a ver com as práticas que estamos realizando no nosso cotidiano. Por exemplo, quantas vezes vemos profissionais muito bem-intencionados, em consultórios ou em escolas, fazendo esses testes ou aplicando outras medidas que, na realidade, estão produzindo um efeito de rotular, de estigmatizar o paciente como se os seus problemas fossem da essência dele e não de um momento de sua vida? Mas é essa a linha de pensamento que predomina no mundo ocidental e que embasa os cursos de psicologia.

Em contrapartida, existe outra forma de pensar, que é muito marginal, que defende a questão da produção. Nós somos seres produzidos histórica e socialmente. E como tal temos que pensar sobre isso. Eu acho que a falta dessa visão mais abrangente traz efeitos muito sérios para a prática da psicologia. Teríamos que discutir filosoficamente o que embasa os cursos de psicologia. Precisamos ter uma visão crítica daquilo que estamos fazendo. Foucault traz essa contribuição que, para mim, é muito importante. Não basta questionar a teoria, é preciso colocá-la numa determinada prática. E o que essa prática está produzindo? Eu acho que é isso que não conseguimos pensar. Essa é uma questão ética muito séria.

CRP - Por outro lado, no seu livro a sra. vem apontando que todas as práticas que surgem como novas possibilidades à psicanálise acabam institucionalizadas, capturadas. Daí podemos inferir que a psicologia não conseguiu criar uma prática que se di-

"A UNIVERSIDADE FORMA PROFISSIONAIS PARA TRATAR SOMENTE DAS RELAÇÕES PSICOLÓGICO-EXISTENCIAIS."

ENTREVISTA

ferenciasse disso e que forçasse a universidade a uma transformação.

Cecília - Essa é uma questão muito séria porque o mercado de trabalho está exigindo psicólogos que na escola cuidem de alunos considerados problemas, desajustados, com dificuldade de aprendizagem e na empresa sejam responsáveis pela seleção e treinamento dos empregados e funcionários. Existe uma produção de demanda por esse mercado de trabalho capitalista. E as universidades, como centro de produção de saber, simplesmente têm fortalecido essas demandas do mercado de trabalho. Eu vejo, por exemplo, colegas competentes, bem-intencionados, que defendem a necessidade de formar o aluno para o que o mercado está solicitando.

Eu considero que temos que fazer isso e mais alguma coisa. É importante que aquele profissional que vai até atender a essa demanda perceba que isso não é uma demanda natural, mas produzida pelo mercado capitalista.

Eu não estou dizendo que você não vá atender a essas demandas, porque nesse caso não teríamos emprego. Mas acredito numa micropolítica. Eu penso que temos que atuar dentro de microespaços. Tendo um domínio do instrumental que esse mercado de trabalho exige, que não é neutro, o profissional pode se posicionar criticamente frente a ele.

A anamnese, os testes, não precisam ser abandonados, mas podem ser utilizados de outra forma, como um dispositivo para produzir outras demandas. Na minha opinião, muito poucos profissionais tentam trabalhar nesse sentido na universidade. E, conseqüentemente, também não mudamos esse mercado de trabalho. Se pudéssemos produzir profissionais mais críticos, poderíamos estar influenciando também no mercado de trabalho, produzindo novas demandas.

Mas nós temos também outros campos importantes de produção de subjetividade, como a mídia. A sra. poderia ampliar um pouco sua análise, abordando os diferentes estabelecimentos e considerando esta época do "boom" da psicologia também nas relações de trabalho?

Cecília - A psicologia foi e continua sendo aplicada hegemonicamente no sentido de rotular e estigmatizar. Eu posso estar sendo muito severa com a psicologia, mas aí eu recorro a Foucault, quando ele aponta para o surgimento do que denomina "instituições de seqüestro". Os diferentes estabelecimentos, como hospitais, escolas, prisões, fábricas, surgem no século XIX muito ligados ao próprio poder judiciário. Foucault mostra que essa era uma forma efetiva de poder controlar, mapear, esquadriñar melhor o comportamento. Eu concordo quando ele afirma que a psicologia e todos esses saberes surgem como forma de controlar as pessoas em diferentes espaços.

Hoje passamos por um outro momento. Quando pensamos a mídia, talvez o dispositivo que mais produz subjetividade no mundo de hoje, saímos da sociedade disciplinar de Foucault para entrar no que Giles Deleuze chama de sociedade de controle, em que não é necessário fixar as pessoas em determinados estabelecimentos para poder controlar. Em espaços abertos controla-se todo mundo, principalmente através da mídia, da informática. Estamos vivendo o período que alguns chamam de pós-modernismo, quer dizer, é o que Deleuze caracteriza como a sociedade de controle mesmo.

Eu acredito que é um desafio para todos nós, profissionais das ciências humanas e sociais, tentar produzir práticas no nosso cotidiano no sentido de tentar não só alertar as pessoas, mas também produzir pessoas críticas a esse processo, a chamada nova ordem mundial. Como é que podemos usar, por exemplo, a informática para a vida não trazendo esses efeitos nefastos que estamos vendo? Eu não tenho receita nenhuma, mas acho que seja no hospital psiquiátrico, nas empresas, nas escolas, nas clínicas privadas, o psicólogo tem feito muito pouco no sentido de pensar o trabalho que ele tem desenvolvido. Vemos isso pelos alunos. As pessoas querem receitas. Não é à toa que nos anos 70 nos preocupávamos tanto com a identidade profissional do psicólogo. Para mim a questão da identidade é a questão do modelo que você tem que seguir e que é muito mais tranquilo.

Temos que tentar, a cada momento, ter claro o que estamos produzindo. Caso contrário fica uma coisa muito solta: o desenvolvimento das potencialidades do

CRP - Hoje estamos vivendo um momento de perplexidade. Há uma perda de referências a partir da dissolução do socialismo real. A mesma Rede Globo que na década de 70 dizia que não havia tortura no Brasil, hoje faz um Globo Repórter que resgata a história do Riocentro. Que questões se colocam para os psicólogos do ponto

de vista das subjetividades que estão sendo produzidas, ou seja, como enfrentar essa situação?

Cecília - É necessário pensar criticamente porque essas coisas são veiculadas. Ainda que essa veiculação seja importante, porque possibilita que um maior número de pessoas tenha acesso a informações que nunca teve, é preciso analisarmos porque em determinados momentos a mídia coloca certos assuntos no ar. Quando a Rede Globo veiculou o Globo Repórter sobre o atentado do Riocentro, por exemplo, estava para ser publicado o livro de um ex-policiaal sobre o mesmo tema.

Houve um outro Globo Repórter tratando dos mortos e desaparecidos produzido em 1990, que só foi ao ar em 1995. O programa ficou proibido e só foi veiculado quando o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou que ia fazer uma lei indenizando os familiares dos mortos e desaparecidos políticos. Uma lei importante, mas extremamente limitada, que não responsabiliza efetivamente o Estado por aqueles crimes.

Eu pretendo estudar a questão da mídia e da violência no meu pós-doutorado em 1997. O que a mídia, com as colocações sobre a violência, está produzindo de subjetividades que fazem com que a população aplauda o linchamento, e até participe dele, queira que o Exército invada as favelas, que os marginais sejam mortos, que a pena de morte exista? Essa é uma questão muito séria e não são só os movimentos sociais e as entidades de direitos humanos que têm que estar preocupados com ela. O profissional psicólogo e as universidades têm de se vincular aos movimentos sociais para assessorá-los no trato de seus próprios movimentos sociais. A universidade em geral e nós, psicólogos, em particular, que estudamos a produção de subjetividades, tínhamos que ter instrumental suficiente para poder assessorar isso.

Na minha opinião os conselhos de psicologia seriam entidades importantíssimas no sentido de fomentar isso com relação à prática do psicólogo. É im-

" PARA MIM O PARÂMETRO NÃO É A CIÊNCIA. MAS O QUE AS PRÁTICAS ESTÃO PRODUZINDO."

portante pensar como produzir essa discussão, fazer circular as idéias dentro das universidades e trazer todos os profissionais para pensar suas práticas. Infelizmente essas práticas têm que ser fiscalizadas sim. É preciso que o profissional seja alertado para a questão ética.

CRP - Hoje um dos grandes problemas que a psicologia enfrenta são as chamadas práticas alternativas. Existem diversos posicionamentos diferentes sobre essa questão. Alguns grupos acreditam que os Conselhos Profissionais deveriam condenar essas práticas e outros defendem a sua aceitação. Como pano de fundo para a questão existe a discussão sobre a cientificidade não só da psicologia, mas também dessas práticas. Qual a sua posição a respeito?

Cecília - Eu não estou muito interessada em saber se a psicologia é uma ciência ou não. Até porque eu acho que a própria gênese da ciência no capitalismo vem para fortalecer determinadas coisas que interessam a esse sistema.

Essa produção das terapias ditas alternativas não vem por acaso. No mundo de hoje isso ganha muitos adeptos e tem clientela. Há uma produção muito grande de demanda com relação a isso. Não é à toa que tem psicólogos formando a crença mística de cada um, mas deixar claro que isso foge ao campo da psicologia.

Na minha opinião essa discussão é importante para pensarmos que demanda é essa que está sendo produzida nesse momento. Para mim isso está ligado ao momento mundial de desencanto, de desespero, onde a auto-ajuda, o misticismo têm um poder de apelação muito grande. E muitos psicólogos, até para poder ter clientela, apelam para esse tipo de coisa.

Por outro lado, pela nossa tradição positivista, experimentalista, há que se considerar a arrogância da ciência. Não podemos, portanto, nos esquecer de que também é necessário realizar uma discussão com os psicólogos que dizem que seguem os cânones da ciência sobre o que as práticas deles estão produzindo. Porque, segundo essa concepção, é como se a verdade estivesse comigo porque eu estou com a ciência. Para mim o critério não é a ciência, mas o que a prática está produzindo.

"NÓS, PSICÓLOGOS, PRECISAMOS TER INSTRUMENTOS PARA ASSESSORAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM SUAS LUTAS."

SAÚDE PÚBLICA

Novas estratégias contra o PAS



A cassação da liminar que suspendia temporariamente a implantação do Plano de Atendimento à Saúde (PAS) da Prefeitura pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, no dia 13 de março, não provocou nenhuma alteração do ponto de vista jurídico, na avaliação do advogado Ricardo Gebrin, assessor jurídico do Sindicato dos Psicólogos. A ação direta de inconstitucionalidade 24 de janeiro, o presidente do TJ, Yussef Cahali, tinha acatado pedido das entidades que se opõem ao plano. A decisão do Órgão Especial, derrubando a deliberação do presidente do TJ, causou surpresa nos representantes dos movimentos de saúde. O PAS contraria a Constituição Federal ao repassar para o setor privado a responsabilidade de prestar serviços de saúde. Mas, até que a sentença final seja emitida, dando parecer favorável ou desfavorável à lei que criou o PAS, o trabalho do psicólogo precisa ser preservado em suas especificidades éticas e técnicas.

Para isso, várias ações estão sendo realizadas contra a privatização da saúde e na defesa da preservação dos direitos do psicólogo como cidadão e trabalhador. Marcos Colen, conselheiro do CRP-06 que tem participado da luta contra a implantação do PAS, lembrou que entre as novas diretrizes estão uma carta, intitulada "Alerta a todos os psicólogos", que explica em detalhes as ações e estratégias encaminhadas em reuniões realizadas entre os psicólogos da rede municipal, o Sindicato dos Psicólogos e o CRP-06, e uma carta, que deve ser entregue aos pacientes, em que está registrada a interrupção do tratamento devido à transferência sumária. Além disso, desde a cassação da liminar, várias entidades impetraram novas medidas judiciais contra o plano e suas conseqüências para a população.

Na carta, além das informações

sobre o trâmite jurídico da ação contra a lei que criou o PAS, impetrada em 12 de janeiro, constam também precauções que o psicólogo deve tomar e as estratégias de defesa do trabalho do psicólogo. Segundo Colen, a decisão de fissional mostrar sua situação de impotência com a transferência", disse. "E também pode ser um instrumento útil nas mãos dos usuários." Na declaração, o profissional informa que o atendimento psicoterápico do paciente está sendo interrompido em função de os profissionais estarem sendo transferidos de seus locais de trabalho.

Colen lembra também que já foram feitas vitórias em alguns equipamentos que foram transferidos em cooperativas de atendimento. Das vitórias participaram alguns conselhos: Crefito (fisioterapia e terapia ocupacional), Cress (Serviço Social), CRP-06, de Fonoaudiologia, além do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

A assessoria jurídica do Sindicato dos Psicólogos ingressou com duas ações civis públicas pedindo que a municipalidade seja condenada a manter alguns serviços considerados essenciais para a saúde pública. Uma das ações é para a manutenção da prestação dos serviços do hospital-dia de Pirituba. "Existe um temor generalizado de que o PAS acabe com as atividades que não são rentáveis", disse o advogado Ricardo Gebrin. "Um paciente psicótico internado necessita do acompanhamento de uma equipe multidisciplinar por um período indeterminado. Pela lógica que rege os serviços privados de saúde, é mais rentável atender um paciente

psicótico", disse.

A outra ação é para a preservação dos trabalhos do grupo de psicoprofilaxia cirúrgica do hospital infantil Menino Jesus. Depois de desenvolver ao longo de vários anos um trabalho de acompanhamento terapêutico para crianças que se submetem a cirurgias traumáticas, esses profissionais foram simplesmente transferidos

com a implantação do PAS. Entre os pacientes atendidos por essa equipe estavam crianças, muitas com pouca idade, que passaram por cirurgias como amputação de membros. As ações foram propostas em nome dos psicólogos, defendendo o interesse da população como um todo, que terá prejuízos irreparáveis se não houver a manutenção desses serviços.

COMISSÃO APROVA SALÁRIO MÍNIMO DE PSICÓLOGO

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou, em sua sessão do dia 28 de março, a modificação do artigo 22 da Lei nº 3.999, que estende aos psicólogos o salário mínimo de médicos e cirurgiões-dentistas. A informação é de Carlos Murilo Frade Nogueira, assessor parlamentar do Conselho Federal de Psicologia. O projeto agora será encaminhado ao plenário do Senado para apresentação de emendas. Caso ocorram essas emendas, a matéria retorna à Comissão de Assuntos Sociais para nova apreciação. Caso não sejam apresentadas emendas, a proposta será deliberada diretamente pelo plenário.

Depois de toda a tramitação regimental, caso o projeto seja rejeitado, será definitivamente arquivado. Se, no entanto, for aprovado, será enca-

minhado à sanção presidencial. De acordo com informações de Nogueira, "se seguir a tendência que tem ocorrido com todas as proposições aprovadas pelo Congresso relativas à fixação de salário mínimo profissional, o projeto deverá recair no veto presidencial". O próximo passo das entidades dos psicólogos será realizar gestões junto às lideranças partidárias das bancadas majoritárias - PMDB, PFL e PSDB -, solicitando que alguma liderança entre com requerimento para que o projeto seja votado em regime de urgência.

No estado de São Paulo, o projeto 992 - que dispõe sobre a jornada de trabalho do psicólogo ainda não foi apreciado. A Assembléia Legislativa escolheu como relatora a deputada Maria do Carmo Piunti (PSDB).

LUTA ANTIMANICOMIAL

CPI encontra irregularidades em hospital psiquiátrico

PACIENTES ERAM SUBMETIDOS A CAMISA-DE-FORÇA E ESPANCAMENTOS. DOS 540 INTERNOS, 120 NÃO DEVERIAM ESTAR NO LOCAL

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembléia Legislativa que investiga a situação dos manicômios no Estado constatou diversas irregularidades no Hospital Psiquiátrico de Pilar do Sul, na região de Sorocaba, em sua primeira vistoria, realizada no dia 21 de março. A vistoria aos hospitais psiquiátricos faz parte dos trabalhos de investigação da comissão. Entre as irregularidades, estavam o uso de camisa-de-força, a existência de uma estaca onde os pacientes afirmaram que são espancados, além da falta de médicos, terapeutas ocupacionais e enfermeiros. Foram convidados para acompanhar a comissão representantes do CRP-06, da Associação Franco Basaglia e do Movimento SOS Saúde psiquiátrica, mas em clínicas neurológicas. "Existiam pacientes com paralisia cerebral, em cadeiras de rodas, oligofrênicos", disse. A conselheira também disse que a maior parte dos usuários eram oriunda de outros hospitais. "Muitos perderam a referência, como família, endereço e até cidade de origem, por conta de mudanças de hospital em hospital devido à desativação." Segundo os dados levantados pela CPI, 120 dos 540 pacientes não deveriam estar no local. No momento da vistoria, apenas três médicos (dois proprietários e o diretor administrativo) estavam no hospital para atender os doentes.

O requerimento para a formação da CPI para investigar os manicômios, de autoria da deputada Célia Artacho (Sem partido), foi aprovado no final de outubro do ano passado, mas a instalação oficial da comissão

de inquérito aconteceu no dia 14 de fevereiro deste ano. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 60 dias a partir da instalação da comissão, mas, como a pauta de trabalhos promete ser extensa, a CPI foi prorrogada por mais 60 dias. A deputada foi escolhida para presidir os trabalhos da CPI e o deputado Roberto Gouveia (PT) como relator. Segundo Alexandre de Paiva, assessor da deputada, desde a instalação da CPI várias denúncias foram feitas e muitas delas já estão sendo apuradas.

Depois da visita ao Hospital de Pilar do Sul, a CPI fez um relatório que será entregue aos órgãos competentes para que sejam tomadas as providências cabíveis. Segundo a assessoria da deputada, os envolvidos nas lias justificativas. A comissão pretende continuar a vistoriar outros hospitais psiquiátricos.

O critério para a escolha de Pilar do Sul foi o maior número de leitos/habitantes do Estado de São Paulo. Segundo Maria Costantini, embora o diretor tivesse afirmado que o hospital não utilizava camisa-de-força, várias estavam na lavanderia, o que demonstra que tinham sido usadas recentemente. A conselheira disse também que a comissão recebeu informações de funcionários e pacientes que elas eram efetivamente usadas, além de denúncias de freqüentes espancamentos.

Além de Maria Costantini, também participam das reuniões da CPI, para auxiliar os parlamentares nas questões

técnicas, os conselheiros do CRP-06 e integrantes da Luta Antimanicomial Floriano Nuno de Barros e Marcos Colen. Na avaliação de Maria Costantini, "a CPI é uma forma de conseguir mostrar para a população como estão funcionando os hospitais".

MODELOS SUBSTITUTIVOS

No dia 13 de março, representantes do Movimento da Luta Antimanicomial estiveram em Brasília para sensibilizar os senadores da importância de aprovar o projeto de lei do deputado Paulo Delgado (PT-MG), que prevê o fim gradativo dos manicômios e a implantação de modelos substitutivos de missão de Assuntos Sociais do Senado no dia 23 de novembro. Na votação, o senador Lucídio Portela (PPB-PI) apresentou substitutivo questio-

nando as bases teóricas e científicas do projeto. A não-aprovação do projeto foi recebida com surpresa pelos integrantes da Luta Antimanicomial, já que tinha sido exaustivamente debatido e estava de acordo com os preceitos da saúde mental estabelecidos não só no Brasil como em conferências no Exterior.

Os representantes da Luta Antimanicomial reuniram 250 pessoas em Brasília, inclusive familiares de usuários, e estiveram em todos os gabinetes dos senadores, com um dossiê sobre a questão da saúde mental no Brasil, tentando convencê-los da importância de aprovar o projeto de Delgado. A previsão é que a votação ocorra ainda este mês no plenário apoio ao projeto de Delgado.

Informe publicitário

DISQ FREUD®

SP - (011) 815-3344 BIP 6R29
RJ - (021) 442-2430

**Obras completas,
nova edição, garantia**

Português - 24 vols. - Editora Imago
à vista 350,00 ou 2 x 185,00
ou 3X 130,00 ou 4 X 105,00

Castelhano 25 vols. - Editora Amorrortu
Espanhol 3 vols. - Editora Nueva
Traduções do Alemão - Sob consulta

Atendemos
em qualquer
Estado

**Entrega a
domicílio**

CGC 72.082.308/0001-34

Informe publicitário

**Or. Vocacional: Uma
Proposta Crítica**

3^{as} feiras às 19h30
a partir de 14/05/96 - (5 semanas)
local (Nace) - Benedito Lapin, 157
telefax: 829-2412 r. 21
Coord.: Silvío Bock/Wanda (Ia) Junqueira

Informe publicitário

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA - MESTRADO
UNESP/ASSIS**

Inscrições abertas no período de
01 a 30/04/96 e prova escrita no mês de maio
Maiores informações - Seção de Pós-Graduação
(0183) 22-2933 - ramal 116.

CONGRESSOS DA PSICOLOGIA

Categoria retoma debates



AINDA ESTE ANO, PSICÓLOGOS REALIZAM NOVOS ENCONTROS E CONSELHO FEDERAL



O CRP-06 já começou os preparativos para o Congresso Regional da Psicologia da Sexta Região, que deverá se realizar na segunda quinzena de junho deste ano (veja *Regimento à pág. 10*), e para o II Congresso Nacional da Psicologia, a se realizar em agosto. O objetivo dos encontros deste ano é consolidar os Congressos como instância máxima de deliberação para as ações dos psicólogos, conforme foi decidido no I Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, realizado em 1994, e avançar nas discussões iniciadas quanto à formação e ao exercício profissional.

Segundo informações de Álvaro Trujillo, presidente do Conselho Federal de Psicologia, o enfoque dos eventos deste ano sofreu alterações em relação aos anteriores. O temário, que no Congresso passado se concentrou principalmente em torno das questões da organização política dos psicólogos e abordou a formação e o exercício profissional em seus aspectos mais amplos, desta vez tratará um caráter constituinte e por isso foi mais geral. Ele era necessário para que pudéssemos criar as condições de aprofundar as discussões. Já os que se realizarão a partir deste ano têm um caráter mais temático e deverão se concentrar em torno das questões diretamente ligadas ao cotidiano do profissional", explicou Trujillo.

Os temas que serão debatidos foram delimitados pelo Fórum de Entidades, criado por ocasião do I Congresso. No eixo temático do exercício profissional, serão debatidas as questões relativas às "Práticas alternativas" e à "Avaliação psicológica". Já no que diz respeito à formação profissional foram escolhidos dois temas básicos: "A proliferação indiscriminada de cursos de psicologia" e "A questão das clínicas-escola e dos centros de psicologia aplicada". Esses temas foram escolhidos por serem os que apresentam uma

maior demanda da categoria. "Quando fizemos a sistematização das teses do Congresso passado, verificamos que eles apareciam com muita frequência e como problemas em diversas áreas da psicologia", informou José Roberto Tozoni Reis, conselheiro do CRP-06 (veja matéria à pág. 9).

LEGISLAÇÃO

Em relação à Lei 4.119/62, a primeira questão a ser discutida é se o Congresso deverá propor ou não mudanças em seu texto atual. O fórum criado para discutir a legislação no Congresso de 1994 avaliou que a lei não precisa ser alterada. Caso essa proposta seja aprovada no Congresso Nacional, o próximo passo será discutir políticas para consolidar as questões do exercício profissional por meio das entidades. "Os Conselhos já estão desenvolvendo práticas, como a publicação de resoluções, que provam que não é necessário mudar a lei para resolver os problemas da categoria. Um bom exemplo já é corrente em todo o país. Então, não é necessário incluir isso no texto, o que nos obrigaria a discutir com o lobby dos médicos por reserva de mercado e a discussão poderia se perder em questões corporativas", explicou Tozoni.

No que diz respeito à Lei 5.766/71, que cria os Conselhos, o Fórum de Entidades delegou ao Conselho Federal de Psicologia a formulação de um anteprojeto de lei que será apreciado e votado no Congresso Nacional. De acordo com informações de Trujillo, a questão sobre a estrutura dos Conselhos será o último ponto de pauta do evento. "O Congresso vai apenas avaliar e complementar o que já vem sendo feito desde o Congresso Constituinte", explicou.

No campo político, portanto, a grande novidade que o Congresso Nacional deste ano deverá apresentar será a inscrição de chapas para a próxima gestão do Conselho Federal de Psicologia. Desde que a entidade ga-

nhou caráter mais representativo, no lugar da antiga estrutura federativa, foi eleita a gestão Consolidação Nacional para um mandato-tampão de um ano, com a finalidade de fazer a transição da entidade. Neste ano será realizada uma nova eleição para a gestão que deverá estar à frente do Conselho nos próximos dois anos.

A inscrição de chapas vai se dar nos quatro dias do Congresso. Para isso está previsto um espaço físico para finalização das articulações das chapas. Embora ainda não esteja marcada a data do pleito, há uma tendência de que se estabeleça o prazo de pelo menos 60 dias após o Congresso para a eleição, tempo mínimo necessário para a realização da campanha eleitoral. Segundo Trujillo, não é necessário que o psicólogo seja delegado no Congresso para que seja candidato. "Todo psicólogo, satisfeitas as condições regimentais, poderá ser candidato. E, caso seja conselheiro e tenha um cargo de direção, ele deverá se desincompatibilizar conforme o que já vem sendo feito para a eleição nos Conselhos Regionais", informou.

A operacionalização dos debates também terá diferenças em relação ao Congresso anterior. Após a realização dos Congressos Regionais por todos os Conselhos, será montada uma comissão nacional de sistematização das teses aprovadas. Essa comissão fará o encaminhamento do material para todos os Regionais, com a discriminação entre as teses que requerem discussão nacional e que deverão ser apreciadas pelo Congresso Nacional e as que são de abrangência regional e que, portanto, deverão voltar aos debates no âmbito de cada Conselho Regional. "A mobilização dos Congressos Regionais deverá se dar em cada região, segundo a sua própria realidade. O fundamental é que cada conselho mobilize seus profissionais para que estejam discutindo os temas e qualificando o debate. Estamos esperando uma grande mobilização, principalmente porque vamos tratar de temas diretamente ligados ao cotidiano do exercício profissional e que deverão despertar grande interesse da categoria," concluiu Trujillo.

CONGRESSOS DA PSICOLOGIA

Temas prioritários: formação e exercício profissional

OS TEMAS LIGADOS AO COTIDIANO DO PSICÓLOGO DEVERÃO PROVOCAR AS MAIORES POLÊMICAS DOS CONGRESSOS.

CONSELHO PRETENDE BATER FIRME NA FORMAÇÃO E NAS PRÁTICAS QUE FORTALECEM A CULTURA DA EXCLUSÃO

Se a organização política e a natureza das entidades não serão as responsáveis pelas maiores polêmicas que se espera para os Congressos deste ano, o mesmo não acontece em relação à formação e ao exercício profissional do psicólogo. Os temas selecionados prometem muita discussão, não só pela sua abrangência, mas também por terem sido, desde o Congresso passado, os que mais suscitaram problemas e deram margem a interrogações na prática profissional.

A questão da avaliação psicológica, por exemplo, já vem sendo questionada por grande parte da categoria há algum tempo. E, a se considerar as tendências esboçadas por eventos anteriores tratando do mesmo tema no âmbito do CRP-06, a utilização dos instrumentos da psicologia deverá ser questionada em suas bases ideológicas. A grande questão deverá girar em torno de um posicionamento dos psicólogos em relação à prática que contribui para a cultura da exclusão, respaldada em laudos, testes e todo o instrumental desenvolvido pela psicologia. Também os atestados psicológicos para efeito de licença-saúde serão discutidos no tema da avaliação psicológica.

Além da ética na utilização, os próprios instrumentos deverão entrar em debate, onde, espera-se, sua consistência, adequação, validação e fundamentos teóricos deverão ser a baliza para qualquer decisão. Na definição de Cristina Amélia Luzio, conselheira-presidente do CRP-06, o tema da avaliação psicológica terá muitas vertentes. "Precisamos avaliar os fundamentos da aplicação dos instrumentos psicológicos para podermos delimitar sua abrangência e limitações. Hoje, muitas vezes há uma supervalorização do psicólogo por esse instrumental e isso determina uma extrapolação da própria finalidade dos laudos e testes." O assunto, portanto, promete provocar reações, pois, apesar de todos os questionamentos, os testes e laudos continuam sendo o baluarte de grande número de profissionais no momento

de emitir um parecer. Mas o que se espera é a deliberação de diretrizes políticas para o trato da questão.

Outro assunto que promete incendiar o plenário são as práticas alternativas. Trata-se de questão complexa e que vem suscitando posições

variadas entre os profissionais, tendo aqueles que defendem sua total recriminação pelos Conselhos até os que reivindicam seu reconhecimento indiscriminado. Como ainda não há um acúmulo de

discussão a respeito, até onde se tem notícia, cada Conselho Regional tem tratado a questão de acordo com sua realidade. No âmbito do CRP-06, as decisões tomadas nos Congressos de 1994 vêm norteando as discussões. E a tendência é que a Sexta Região leve

para o Congresso Nacional a mesma política que já vem adotando, de tentar discutir as práticas alternativas em relação aos princípios básicos que determinam o campo de conhecimento da psicologia. "Até agora

não temos resultados que comprovem que elas pertençam ao campo da psicologia. Portanto, continua valendo a orientação de que se

configura como infração ética o profissional psicólogo trabalhar com qualquer prática alternativa vinculando esse exercício à psicologia. Essa será a posição que nós, do Conselho, defendemos nos debates do Congresso Regional", adiantou Tozoni.

De acordo com essa posição, a preocupação básica do Conselho é garantir a qualidade dos serviços prestados pelo profissional da psicologia. Nesse sentido, a discussão sobre as práticas alternativas não vai se deter em exames de cada uma das chamadas terapias alternativas. O que se pretende com o tema é evidenciar a perspectiva de que o Congresso consiga contribuir para estabelecer uma relação crítica da psicologia junto à sociedade em defesa da cidadania. "Não caberá ao Congresso estar discutindo qualquer das chamadas terapias alternativas, mas sim estar deliberando uma política nacional em relação a essas práticas," informou Trujillo.

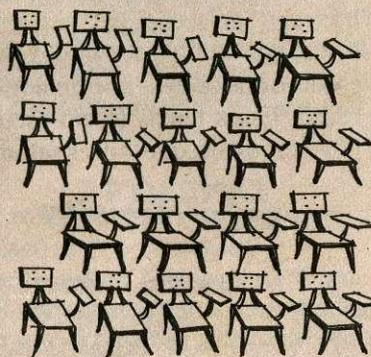


Contra os interesses privados

O segundo eixo temático do Congresso tratará das questões da formação do psicólogo. Como não se trata de discussão nova é possível estabelecer seus contornos. Os dois temas escolhidos, "A supervisão de estágio e as clínicas-escola" e "As políticas de enfrentamento para a proliferação dos cursos de psicologia", deverão ser debatidos articuladamente e a partir da necessidade de reformulação do modelo dos cursos de psicologia. A idéia que deverá nortear a discussão é a formulação de uma estratégia para alterar os critérios de abertura, manutenção e avaliação de novos cursos. Da mesma forma, a concepção dos estágios supervisionados nas clínicas-escola estarão em xeque.

Apesar dos temas serem praticamente um consenso entre os profissionais da psicologia, há quem

considere que o eixo temático da formação possa vir a ser o mais polêmico do Congresso, considerando-se a discussão que já vem ocorrendo em todo o país sobre o ensino superior e o interesse que as empresas privadas vêm demonstrando na questão. Segundo Tozoni, "o CRP-06 deverá entrar na discussão com a disposição de tornar público que a maior parte dos cursos de psicologia, como existem hoje, é um engodo e que essa realidade precisa ser modificada. E o Congresso tem justamente essa finalidade, a de formular políticas de enfrentamento ao que está aí e formas de operacionalizar os próximos passos dos psicólogos".



CONGRESSOS DA PSICOLOGIA

Regimento do Congresso Regional da Psicologia - CRP-06

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 6ª. REGIÃO, no uso de sua atribuições,

CONSIDERANDO A REALIZAÇÃO DO I Congresso Nacional da Psicologia em 94, que, entre outras deliberações, aprovou a realização do II Congresso Nacional da Psicologia em agosto de 96.

CONSIDERANDO ser o Congresso Nacional a instância máxima de deliberação dos Psicólogos e que compete aos Conselhos Regionais de Psicologia organizar e articular a categoria de seu âmbito de jurisdição para participar dos Congressos Regionais da Psicologia,

que antecedem sua instalação.

Art. 2- Admitir-se-ão alterações, complementações ao presente regimento, desde que apresentadas e fundamentadas pelos Encontros Temáticos e Pré-Congressos e aprovadas pelo plenário do CRP-06.

Art. 3- Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo plenário do CRP-06, submetendo-os, quando necessário, à apreciação do Congresso Regional da Psicologia.

Art. 4- O presente Regimento entrará em vigor na data de sua assinatura.

CAPÍTULO 1 DA ORGANIZAÇÃO E DAS INSTÂNCIAS DECISÓRIAS

Art. 1- O CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA constitui-se a instância máxima de deliberação na jurisdição do CRP-06.

Art. 2- O CONGRESSO REGIONAL DA PSICOLOGIA deverá resultar de ampla e democrática participação dos profissionais de psicologia da jurisdição do CRP-06.

Art. 3- A estrutura do Congresso Regional bem como a sua preparação compreende os seguintes níveis de organização:

- A) Encontros Temáticos
- B) Pré-Congressos
- C) Congresso Regional da Psicologia

Art. 4- As deliberações do Congresso Regional serão submetidas ao II Congresso Nacional da Psicologia.

Parágrafo Único - As deliberações do Congresso Regional da Psicologia da 6ª. Região que forem auto-aplicáveis, por não ferirem legislação ou normas e resoluções superiores ou que forem de âmbito regional, serão executadas e/ou regulamentadas no âmbito do CRP-06.

CAPÍTULO 2 DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5- Compete ao Congresso Regional da Psicologia:

1- Consolidar e deliberar acerca das proposições e teses apresentadas e siste-

CAPÍTULO 3 DA ESTRUTURA E TEMÁTICA

Art. 8- A estrutura básica que deverá orientar todos os níveis de organização do Congresso Regional se compõe dos seguintes tópicos:

I - Políticas da Autarquia em relação à Formação e ao Exercício Profissional:

a) Distorções no campo do estágio acadêmico: SPAs, clínicas-escola, supervisão, estágios extra-curriculares.

b) Proliferação indiscriminada dos cursos de psicologia: critérios para abertura e fechamento.

c) Avaliação psicológica.

d) As chamadas "práticas alternativas".

II - Posicionamento sobre o processo de reformulação da Lei 4.119/62.

III - Apreciação do anteprojeto da Lei 5.766/71.

CAPÍTULO 4 DA REPRESENTAÇÃO

Art. 9- Os encontros temáticos serão organizados pela sede e subsedes do CRP-06, admitindo-se a participação dos psicólogos cujo domicílio estiver no âmbito de jurisdição da sede ou de cada subsede.

Parágrafo Único - Poderão participar

e ser representantes nos Pré-Congressos todos os Psicólogos inscritos e interessados da jurisdição.

Art. 10- A eleição dos delegados ao Congresso Regional será realizada nos Pré-Congressos da sede e subsedes do CRP-06.

Parágrafo Único - Só poderão ser eleitos delegados Psicólogos em pleno gozo de seus direitos.

Art. 11- O número de delegados a que se refere o artigo anterior será o equivalente ao de 1 delegado para 250 psicólogos ativos ou fração de 250, nas jurisdições da sede e de cada subsede, mais 6 delegados para a sede e 3 para cada uma das Subsedes.

Parágrafo Único - A base de cálculo do número de delegados será o número de vadores, com direito a voz, exeto nas plenárias, e sem direito a voto.

Art. 13- Poderão participar dos Pré-Congressos e do Congresso Regional convidados representantes de entidades com direito a voz, exeto nas plenárias, e sem direito a voto.

Parágrafo Único - Compõe a catego-

ria de convidados representantes de entidades estudantis ligadas à Psicologia e representantes dos demais Conselhos Regionais de Psicologia.

CAPÍTULO 5 DAS RESOLUÇÕES

Art. 14- As propostas deverão ser apresentadas por escrito na forma de teses ou proposições específicas.

Parágrafo 1- Somente serão aceitas teses e proposições até a fase dos Pré-Congressos.

Parágrafo 2- Serão aceitas teses apresentadas no plenário, desde que sejam subscritas por 20% dos delegados.

Art. 15- O encaminhamento de teses e resoluções ao Congresso Nacional da psicologia.

Art. 18- As subsedes de Campo Grande e Cuiabá somente participarão do Congresso Regional da 6ª Região se até a data de 15 de junho de 1996 ainda não tiver sido criada a 14ª Região, composta pelos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

RELATÓRIO DE INSCRITOS

LOCAL	ATIVO	DELEGADOS
Sede	22.082	94
Assis	839	6
Bauru	988	7
Campinas	3.601	17
Mato Grosso	367	4
Mato Grosso do Sul	872	6
Ribeirão Preto	1.273	8
Santo André	2.743	14
Santos	1.329	8
São José do Rio Preto	710	6
Taubaté	1.501	9
Posição Geral	36.305	179

EDUCAÇÃO

A LDB e as artimanhas dos políticos

PROJETO DA LEGISLAÇÃO QUE DEVERÁ DAR AS DIRETRIZES PARA O ENSINO NO BRASIL VIRA PEÇA DE UM JOGO CUJA REGRA DE OURO É SABER FAZER USO DAS AMBIGÜIDADES DA LEI

O substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), de autoria do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), poderá ser votado a qualquer momento. Ele encontra-se na Câmara dos Deputados aguardando apreciação, em caráter de “urgência urgentíssima”. Mas, ao contrário do que podem pensar os incautos, essa pressa em aprovar a lei não significa nenhum zelo especial pela educação no Brasil. Mesmo porque o projeto original da LDB, produzido por uma comissão especial da Câmara dos Deputados com a participação de todos os setores envolvidos com a educação, ficou esquecido em alguma prateleira brasileira durante nada menos do que sete anos. As informações são do assessor parlamentar do Conselho Federal de Psicologia, Carlos Murilo Frade Nogueira, que apontou para o *Jornal do CRP* como, através da utilização de “recursos regimentais”, as questões mais relevantes Câmara foi encaminhado para apreciação do Senado. De acordo com o regimento ele não poderia ser modificado em seus pontos essenciais, apenas deveria ser apreciado e acrescido das emendas que os senadores julgassem necessárias. Mas, por um recurso regimental conhecido como “espeito”, o senador Darcy Ribeiro alegou existirem projetos pensados no Senado e, através de acordos políticos, conseguiu nova abertura de prazos para a votação definitiva do projeto no Senado. Dessa forma foi elaborado o substitutivo, que altera substancialmente o projeto original.

Esse substitutivo, também por acordos políticos, obteve a aprovação do MEC e das comissões do Senado. Deveria, portanto, voltar à Casa de origem (Câmara dos Deputados) para nova votação. Aqui encontra-se ou-



percurso não passou despercebido, as entidades profissionais, fóruns de educação, associações de professores e todos os segmentos ligados à educação denunciaram o que estava ocorrendo. O projeto, então, entrou na Câmara em caráter de “urgência urgentíssima”. Também aqui os fatos não são gratuitos: quando os projetos entram na ordem do dia em caráter de urgência urgentíssima os pareceres são proferidos em plenário por relatores designados pela Mesa momentos antes da discussão da matéria, ou seja, não há tempo hábil para que o projeto em questão seja discutido e propostas alterações.

De acordo com informações de Nogueira, a partir de agora os rumos da LDB vão depender de acordos de lideranças. “As entidades podem ten-

tar sensibilizar os políticos para que entrem com um requerimento retirando o caráter de urgência urgentíssima do projeto. Nesse caso ele volta para análise das comissões,” explicou. Outra alternativa é “brigar no voto” para que o projeto seja rejeitado e colocado em seu lugar o projeto original da Câmara com as emendas que já havia recebido.

Qualquer das empreitadas não é simples, e talvez não represente a melhor das soluções, mas a experiência demonstra que vale a pena as entidades se mobilizarem para tentar impedir que o substitutivo venha execução dos cursos das áreas de saúde, engenharia e direito. Como resultado da mobilização o artigo foi suprimido e substituído pelo artigo 50, que mantém o que já era dito na Constituição: “É livre o exercício das profissões, exigida a qualificação especial na forma da lei, para as profissões regulamentadas”.

Embora as profissões estejam aparentemente livres do risco de desregulamentação, no entanto, o ensino superior ainda corre perigo. Em seu artigo 51, o substitutivo prevê que as universidades sejam “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano...” Mas não formaliza sua obrigação de investir na formação dos professores, pois coloca que tais instituições “po-

derão” (e não deverão) ter em seus quadros professores com especialização, doutorado, aperfeiçoamento ou mestrado.

Outro ponto questionável diz respeito ao ensino fundamental. Embora o texto do substitutivo explicita que essa etapa do aprendizado deverá ser de 8 anos, abre a possibilidade de que seja cumprida em menos tempo, pois admite que seja dividido em ciclos. “Isso induz à terminalidade na quarta série, pois a criança, cumprida a etapa mínima necessária, interrompe os estudos para trabalhar, como acontecia antigamente”, explicou o presidente da Apeoesp, Frederico Lopes Neto.

Também em sua concepção curricular o substitutivo de Darcy Ribeiro tem encontrado ferrenhos opositores porque prevê a possibilidade do ensino eria seguir uma condê o ciclo fedêutica,” opina Odair ens, conselheiro do Conselho Federal de Psicologia. Trazendo à tona os vínculos da questão com o campo de conhecimento da psicologia, Sass defende que os psicólogos se pronunciem a respeito do significado de tais medidas para o desenvolvimento da criança. “Os psicólogos têm condições de dizer que conseqüências poderá ter uma escola profissionalizante, no lugar da escola propedêutica, para o desenvolvimento psíquico, afetivo, intelectual e emocional da criança.”

VÍNCULOS POLÍTICOS

Para além de todas as críticas feitas ao substitutivo do senador Darcy Ribeiro, no entanto, as entidades ligadas à educação acreditam que a discussão sobre a LDB não pode ser feita sem se levar em conta seus vínculos com outras duas medidas que também estão na ordem do dia: a criação do Conselho Nacional de Educação e

EDUCAÇÃO

a reforma do ensino paulista.

Por essa concepção, não é gratuita, por exemplo, a inexistência de qualquer menção ao Conselho Nacional de Educação no substitutivo do senador Darcy Ribeiro. Previsto no projeto original de LDB da comissão especial da Câmara, esse conselho deveria garantir a fixação de diretrizes para a fiscalização das instituições de ensino superior. E essas diretrizes seriam articuladas com os princípios básicos que seriam traçados para o setor da educação.

Mas, desde o ano passado, passando ao largo dos debates sobre a LDB, o governo federal instituiu o Conselho Nacional de Educação por medida provisória e vem implantando o exame de final de curso a ser aplicado nos alunos como única fonte de avaliação das universidades. "Isso é um absurdo, pois esse

te desvinculada da lei", opina Sass. Já a reforma do ensino paulista é considerada como uma expressão antecipada do que virá a ser o ensino em todo o território nacional. Segundo avaliações de

Frederico Neto, "o projeto aqui em São Paulo está em consonância com o projeto do MEC para ser implantado em nível federal". Nesse caso, os resultados obtidos até agora pelos paulistas podem servir como prognóstico para o país daqui a algum tempo. E, aí, as expectativas não são as melhores. "Fecharam salas de aula, há um número muito grande de professores desempregados e as classes estão superlotadas."

Sem se arriscar a citar números, que, segundo diz, "por ordem direta da Secretaria da Educação os diretores de escola estão proibidos de divulgar", Neto resume a questão, explicando qual é a lógica que, na sua opinião, vem fundamentando todas as medidas da educação, em todos os níveis: "No Brasil, a média de escolaridade é de três anos. Se as autoridades sobem essa média para, pois,

com cinco anos de escolaridade a pessoa pode adquirir alguns conhecimentos básicos sobre seu corpo. Por outro lado, como não há empregos e nem perspectiva de gerar, já que o que te-

mos visto são postos de trabalho sendo fechados, esses cinco anos de escolaridade permitem que o indivíduo saiba ler, escrever e fazer as operações básicas para trabalhar nas ruas, vendendo bugigangas, como vemos tanto hoje. Em contrapartida, vamos ter algumas escolas de excelência que vão formar a aristocracia de trabalhadores com emprego bem remunerado. Mas dizer que há uma preocupação para dar acesso a educação à população como um todo, podem até dizer, só que não acredito".

Se a avaliação do professor estiver correta, explica o vício das autoridades brasileiras em desprezar as mais elementares regras do jogo político, ao transformar senso de oportunidade (recurso legítimo no confronto entre iguais), em oportunismo,

ignorando que as leis servem para disciplinar, sem ferir os princípios de cidadania que o conhecimento humano consagrou ao longo do tempo. Mas não resolve a questão. E, para resolvê-la, não há exemplos no mundo que se diferenciem da velha fórmula segundo a qual as soluções só podem ser encontradas por quem conhece o problema. "Enquanto a educação, a saúde e todos os setores sociais estiverem nas mãos dos burocratas, não vamos achar as soluções para os nossos problemas básicos. A hora que tivermos os professores e agentes de educação discutindo um projeto, com todas as desavenças, ele se tornará possível. Porque a solução vai depender da aposta que o país se dispõe a fazer: se na formalidade da lei ou na organização popular", conclui Odair Sass.

REPÚDIO

Unitau e Unicastelo

O CRP recebeu informações lamentáveis sobre fatos ocorridos recentemente em dois cursos de graduação de psicologia da Unicastelo e da Universidade de Taubaté.

Nessas duas instituições ocorreram dispensas "imotivadas" de psicólogos docentes comprometidos com a formação em psicologia pautada pela prática ética desta ciência e profissão.

O compromisso com a ética, democracia e a cidadania são princípios que foram, nesse processo de demissão, sobrepostos pelo autoritarismo acadêmico. Os compromissos e os princípios foram substituídos pelos interesses institucionais e a formação no seu sentido mais amplo foi excluída.

Com efeito, o compromisso com a formação qualificada parece exceder em muito os objetivos disfarçadamente "pedagógicos" de muitas instituições universitárias. A qualidade de ensino,

na verdade, cede lugar às concepções paroquiais. Os professores qualificados e titulados são substituídos como mercadoria descartável. Outros colegas aceitam - salvo sobressalto crítico e ético - substituir os professores demitidos, empurrados que estão pelo "canibalismo" social do desemprego.

Este Conselho, pautado pela ética, vem através desta nota manifestar-se contra esse tipo de prática e atuação em que o exercício é coibido, levando os profissionais a constrangimentos.

Aos psicólogos que exerçam atividades docentes ou de supervisão em cursos de graduação de psicologia no Estado de São Paulo, solicitamos que entrem em contato com a Comissão de Formação e Educação, cujas reuniões têm lugar na sede do Conselho, todas as quintas-feiras, às 14:30 horas.

Plenário do CRP-06

Brief Therapy
Conference

Conferência Internacional sobre Psicoterapia Breve
e a questão da qualidade das psicoterapias

O que seria uma psicoterapia de boa qualidade?

Em São Paulo, Brasil, 4 a 7 de julho de 1996. Hotel Maksoud Plaza

Nome	País	Psicoterapia
Gianfranco Cecchin, M.D.	Itália	Familiar
Richard Fish, Ph.D.	EUA	Familiar
Jay Haley, M.A.	EUA	Estratég.
Michael J. Mahoney, Ph.D.	EUA	Construt.
James F. Masterson, M.D.	EUA	Psicanal.
Humberto Maturana, Ph.D.	Chile	Cognitiva
Haim Omer, Ph.D.	Israel	Solucion.
Steve De Shazer, M.S.W.	EUA	Solucion.
Ivan R. Capelato, Lic.	Brasil	Psicanal.
Jeffrey K. Zeig, Ph.D.	EUA	Estratég.

URGENTE

Thomas Szasz, M.D.

Universidade de Syracuse, New York, USA
Ivan R. Capelato, Psic.

A fabricação da Loucura

A luta antimanicomial mundial

Dias: 17, 18 e 19 de maio de 1996, em São Paulo

Informações:

Telefax: (0192) 31-9955

RECADASTRAMENTO

Escolas públicas formam profissional mais apto para enfrentar mercado



A razão popular recomenda que em assuntos que envolvem interesses díspares deve-se sempre manter um olho no peixe

e o outro no gato. A velha máxima foi confirmada quando os coordenadores do recadastramento realizado pelo CRP-06 resolveram avaliar a quantas andam os cursos de psicologia a partir das condições que oferecem a seus alunos para enfrentar o mercado de trabalho. Para isso, compararam as condições de atuação dos psicólogos inscritos no Conselho com a natureza da instituição formadora.

Ao fazê-lo encontraram números que indicam que, apesar de todas as mazelas que vem enfrentando, a universidade pública ainda é a melhor opção para quem quer frequentar um curso superior e mais tarde trabalhar na profissão. E demonstraram que o exame de final de curso a que o governo federal pretende submeter os estudantes como única forma de avaliação das instituições peca justamente por proteger o gato e tentar apenas apagar o peixe, ou seja, por permitir dissimulações ao analisar o produto dos cursos e não o processo de aprendizagem a que estão submetendo o aluno.

Na opinião de Odair Sass, coordenador do recadastramento, uma das conseqüências desse tipo de avaliação é não contemplar um ponto fundamental da discussão, que é o grande número de cursos particulares de psicologia que vêm sendo abertos indiscriminadamente em todo o país. Embora não se tenha os números referentes a todo o território nacional, somente no Estado de São Paulo, do total de 39 cursos de psicologia existentes, apenas 5 são oferecidos por universidades públicas. Mas, apesar de constituírem um maior contingente, os profissionais formados nessas universidades particu-

lares têm uma inserção significativamente menor no mercado profissional em termos percentuais, o que é um indicador da qualidade da formação que estão oferecendo.

Dos 28.472 profissionais que responderam ao recadastramento, 20.069 declararam atuar na profissão. Ou seja, o índice de profissionais psicólogos inscritos no Conselho que conseguem se inserir no mercado profissional é de 70,49%.

Do total de profissionais que responderam ao recadastramento, 20.933 são psicólogos formados em escolas particulares. Destes, 13.959 conseguem atuar como psicólogos, ou seja, 66,68%. Nesses números estão excluídas as PUCs, que guardam características próprias por serem instituições confessionais. Dessas universidades, 3.680 profissionais responderam ao recadastramento e 3.023 declararam que conseguem atuar na pro-

fissão, ou seja, 82,15%.

Já no que diz respeito às universidades públicas, do total de 307 profissionais formados pelas instituições municipais 227 psicólogos, ou 73,94%, declararam que atuam na profissão. Entre os 2.641 profissionais que frequentaram universidades estaduais e responderam ao recadastramento, 2.157 conseguem trabalhar na profissão, ou seja, 81,24%. E as federais atingem um índice de atuação de 73,67%, pois, dos 421 profissionais que responderam ao recadastramento, 342 declararam trabalhar como psicólogos. Portanto, comparados os números absolutos com seus respectivos percentuais, as particulares atingem um índice de atuação em torno de 15 pontos abaixo das públicas. "São números que permitem uma avaliação a partir de uma óptica diferente da do governo. Para uma apreciação mais objetiva da qualidade do

ensino superior seria necessário levar mais fatores em consideração. Os conselhos profissionais deveriam ser chamados a se pronunciar sobre isso, pois têm experiência acumulada em relação à formação e ao exercício profissional, ponderou Sass."

Sass afirmou também que as tabelas resultantes do recadastramento do CRP-06 são absolutamente confiáveis, uma vez que seus números sempre vão "fechar" em 100%, o que praticamente elimina possibilidades de erro. "Embora não tenhamos dúvidas da veracidade desses números e de que podem servir também para analisar as instituições a partir da dinâmica do mercado de trabalho, e não do produto, como quer o governo, é preciso chamar atenção para o fato de que são indicadores e, como tal, não esgotam as questões." Citando como exemplo o índice de atuação de todos os profissionais que responderam ao recadastramento, de

70,49%, Sass complementa explicando que esse índice, aparentemente bastante alto, não significa que todos esses psicólogos consigam sobreviver da profissão, mas apenas que conseguem trabalhar com a psicologia. Além disso esse índice refere-se aos profissionais inscritos no Conselho, que representam 50% do total de profissionais que se formam. E, destes apenas 35% irão atuar profissionalmente.

Aplicando-se a mesma linha de raciocínio às condições de atuação, deve-se evitar cair no senso comum segundo o qual o simples fato de o profissional conseguir se inserir no mercado significa, necessariamente, que teve uma boa formação. Essa lógica apenas reproduz o reducionismo do governo federal, limitando também as possibilidades da categoria agir para qualificar sua atuação. Utilizá-la seria como se o peixe, ingenuamente, passa-se a acreditar que basta assumir os valores do gato para garantir que este lhe poupe a vida.

VEJA A TABELA E COMPARE OS NÚMEROS

Psicólogos inscritos no CRP-06, por Condições de Atuação na Área da Psicologia, segundo a natureza da instituição formadora Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 1995 (1)

Natureza da Instituição Formadora	Condição de Atuação na Área da Psicologia						Total	
	Atua como Psicólogo		Não Atua como Psicólogo		Não Responderam			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	20.069	70,49	8.322	29,23	81	0,28	28.472	100,00
Particular(2)	13.959	66,68	6.925	33,08	49	0,23	20.933	100,00
Municipal	227	73,94	80	26,06	0	0,00	307	100,00
Estadual	2.157	81,67	477	18,06	7	0,27	2.641	100,00
Federal	342	81,24	76	18,05	3	0,71	421	100,00
Não Responderam	361	73,67	124	25,31	5	1,02	490	100,00

Fonte: C.R.P. - 06/SEADE; Recadastramento Profissional dos Psicólogos.

(1) O Recadastramento foi realizado no período de 03/06/94 a 31/05/95.

(2) Excluídas as PUCs que, denominadas escolas confessionais, atingem um índice de atuação igual a 82,15%, ou seja, dos 3.680 psicólogos formados por estas universidades e que se inscreveram no CRP - 06, 3.023 declararam atuar na profissão.

DESMEMBRAMENTO



Centro Oeste viabiliza políticas regionais

Dando prosseguimento ao processo de criação e instalação do Conselho Regional de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no dia 22 de março foi realizada uma reunião em Campo Grande (MS), que contou com a participação de representantes do Conselho Federal, do CRP-06, das coordenadoras e representantes dos dois Estados. O comitê, composto por membros de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já havia promovido vários eventos de discussão da proposta de desmembramento com a categoria em diferentes municípios dos dois Estados que ganharão o novo Conselho.

A representante do CRP-06 na reunião, a conselheira Cássia Regina Rodrigues, lembra que o I Congresso Nacional da Psicologia, realizado em 1994, apontou para a necessidade de estadualização dos Conselhos. No âmbito

do CRP-06 foram realizados estudos para viabilizar a criação do novo Conselho. Em documento intitulado "Proposta de Criação do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul", a partir dos dados colhidos pelo recadastramento, concluiu-se pela criação da entidade com caráter regional. Isso porque atualmente, dos 37 mil psicólogos inscritos na 6ª Região, apenas 1.120 residem no Mato Grosso do Sul e 471 no Mato Grosso. Ou seja, o número de profissionais inscritos nos dois Estados não justificaria, nesse momento, a criação de dois novos conselhos. Por outro lado, a desproporção entre contingentes de psicólogos inscritos e as grandes distâncias entre os dois Estados e a sede do CRP-06 foram avaliados como fatores de dificuldades para a manutenção do Centro-Oeste vinculado à Sexta Região, uma vez que causavam grande

dependência administrativa e política dos Estados em relação a São Paulo.

Para garantir total autonomia ao novo conselho, o CRP-06 vem garantindo toda a infra-estrutura básica necessária ao seu funcionamento. Nesse sentido, já destinou recursos em seu orçamento para a aquisição de imóvel em Campo Grande. Cássia Regina lembra que a contribuição do CRP "é no sentido de garantir condições mínimas para que as ações políticas que são necessárias no Mato Grosso possam ser viabilizadas". O projeto de criação do novo Conselho já foi enviado para o Conselho Federal, mas ainda não existe uma data definida para sua aprovação. Na reunião também foram definidas novas datas para os pré-congressos (veja quadro). Mas a realização do I Congresso Regional da Psicologia de Mato do Sul, agendado para o período de 30 de maio a 1º de junho, em Campo Grande, só acontecerá se o Conselho Federal já tiver aprovado a criação do novo Conselho. Se não houver aprovação, todos participam do Congresso Regional em São Paulo.

Maria José da Silva Rado, da coordenação do processo em Mato Grosso, diz que o tamanho do território é uma das maiores dificuldades enfrentadas no processo de participação do interior. Maria José, no entanto, lembra que esse obstáculo acabou criando novas formas

de comunicação, as telerreuniões. A visita que estava agendada para Barra do Garças não aconteceu, mas isso não se constituiu em obstáculo para que os psicólogos participassem. Depois de uma ligação telefônica, os coordenadores passaram pautas e pediram que os psicólogos da cidade entrassem em contato, dizendo o que a categoria estava discutindo. Eles conseguiram reunir 90% dos psicólogos e mandaram resposta por fax com a ata da reunião. Segundo Maria José, esse procedimento vai se repetir em Cáceres. "Não é um aspecto negativo, pelo contrário. As pessoas estão se juntando a nós dentro do possível", disse a coordenadora. Marina Maria Ribeiro, uma das coordenadoras do processo em Mato Grosso do Sul, lembra que há uma aceitação e concordância com a criação do novo Conselho. "Temos recebido o apoio de muitos psicólogos, mas ainda assim esperamos um engajamento maior", disse.

TESTES PSICOLÓGICOS

Comissão conclui relatório

A Comissão de Normas para Procedimentos de Avaliação Psicológica do CRP-06, depois de meses de estudos, concluiu um relatório em que propõem normas e critérios para a aplicação dos chamados testes psicológicos. O próximo passo será a discussão do documento pelo Plenário do CRP-06.

Ao mesmo tempo, o Conselho agendou para o dia 26 deste mês uma reunião em que estarão participando pesquisadores de várias universidades brasileiras para trocar experiências sobre os trabalhos desenvolvidos com testes psicológicos. Segundo Nelson D'Ángelo, que está coordenando o encontro, a reunião é um embrião para formar um centro nacional de pesquisas e estudos sobre procedimentos e instrumentos psicológicos visando ao avanço científico da área e à melhoria do exercício profissional. Na avaliação dos profissionais envolvidos nas pesquisas existem vários grupos interessados no tema e este é o momento de juntar os esforços.

Entre os vários centros de pesquisas estão o da Universidade de São Paulo (USP), o da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), o da Universidade de Brasília (UnB), o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na Puccamp, desde o ano passado está em atividade o Laboratório de Avaliação e Medidas Psicológicas (Lamp). O laboratório tem dois grupos. Um orientado para a criação e validação de testes (o teste que é usado no Exterior é avaliado para verificar se é válido para nossa população). O outro voltado para a área

cognitiva e de criatividade. No laboratório são desenvolvidos instrumentos de avaliação psicológica adequados para a população brasileira nas diferentes faixas etárias.

Segundo Solange Weschler, professora da Puccamp e coordenadora de um dos grupos de estudo, os testes passaram por um momento de total desprezo, "mas agora parece que está havendo uma retomada da importância da avaliação". Para Solange, os testes são um instrumento do psicólogo e por isso é necessário somar esforços visando a uma ação nacional. Segundo a coordenadora do Lamp, a partir dessa primeira reunião no CRP pode ser definida uma agenda. A primeira proposta de Solange para o centro nacional é que seja enviada correspondência para cada centro de pós-graduação em psicologia no País para saber quais estudos que foram realizados com testes ou se foram criados novos testes ou escalas.

Para o pesquisador da UnB, Luís Pasquale, essa reunião significa a possibilidade de iniciar um intercâmbio de uma forma mais sistemática. "Já existe muito material a respeito, está na hora de reuni-lo", disse Luís Pasquale, coordenador do Laboratório de Pesquisas em Avaliação e Medidas Psicológicas e professor titular da Universidade de Brasília. No laboratório da UnB, que existe desde 1987, são realizados estudos da teoria da medida psicológica, elaboração de instrumental psicológico, adaptação de testes (validação) e construção de testes.

VEJA O CRONOGRAMA DAS REUNIÕES

Corumbá	27/04
Dourados	03/05
Campo Grande	10 e 11/05
Cuiabá	17 e 18/05

AGENDA

Freud e Jung - A sociedade Brasileira de psicologia analítica estará promovendo nos dias 17 e 18 de maio, no Museu da Imagem e do Som (MIS), encontro comemorativo dos 90 anos da primeira correspondência entre Freud e Jung. No evento serão proferidas conferências, mesas-redondas e painéis sobre a psicologia freudiana e junguiana. Maiores informações pelo tel.: (021) 239-2246.

Jornada - O Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo promove, de 17 de maio a 8 de dezembro, a I Jornada de Saúde Mental do Trabalhador. O evento pretende discutir o campo da saúde mental do trabalhador sob o ponto de vista da psicologia, bem como sua inserção no contexto geral da saúde do trabalhador e sua implicação nas ações sindicais, trabalhistas e previdenciárias. As inscrições são gratuitas e poderão ser realizadas na sede do sindicato. Maiores informações pelos tels.: (011) 852-4929 ou 3064-2310.

Piaget - O centenário do nascimento do criador do construtivismo

será comemorado em São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México com um evento que deverá reunir teóricos e estudiosos da obra piagetiana. Em São Paulo as comemorações acontecem de 25 a 27 de junho na USP. Segundo os organizadores, o evento pretende analisar o tema geral "O construtivismo na educação" através de 15 conferências distribuídas em blocos, com a presença de intelectuais e estudiosos de vários países. Informações pelo fax: (5511) 818-3149.

Psicodrama - A Federação Brasileira de Psicodrama (Febrap), realiza, de 6 a 10 de novembro deste ano, em Rio Quente, Goiás, o 10º Congresso Brasileiro de Psicodrama. O tema central será "Ave creator - ato criador, ciência e a construção do homem". Os interessados em dirigir ou coordenar as atividades científicas (escritos psicodramáticos, super- visões, cursos e vivências) têm até o dia 30 de junho para se inscrever. Maiores informações pelo telefax (062) 215-2455 com Mônica ou Andrea.

* Luis Fernando Silva

A reforma da Previdência e a negociata do governo

O Brasil assistiu, no último dia 21 de março, a mais um lamentável espetáculo de fisiologismo político, onde o voto torna-se moeda de troca por cargos públicos, por recursos ou por outras benesses inconfessáveis.

Foi nesse contexto de mediocridade que ocorreu a votação da reforma da Previdência, que acabou servindo apenas de pano de fundo para a barganha explícita, acabando reduzida a um verdadeiro remendo, cujo principal objetivo foi o de reduzir os gastos da

União, dos Estados e dos Municípios, através do acordo do arrocho sobre a aposentadoria dos servidores.

Perde-se, assim, uma excelente oportunidade de mudar um sistema que de a muito vem exigindo reformas. Não aquelas propostas pelo governo, sempre sob a alegação de falta de recursos no sistema, quando ele mesmo (governo) desviou, só em 1995, cerca de 5 bilhões de reais da Seguridade Social. Não reformas que busquem reduzir ainda mais a já precária cobertura previdenciária brasileira, que submete à vergonha milhões de aposentados obrigados a conviver com aposentadoria de um salário mínimo. Não reformas que busquem estabelecer que o cálculo das aposentadorias do setor privado vai passar a tomar por base as últimas 120 contribuições, contra as 36 atuais. Não reformas que buscam favorecer (NOVAMENTE) os banqueiros, através da sua privatização. Não uma reforma que reduz direitos dos mais pobres, enquanto mantém intactos os sistemas de aposentadorias de deputados e senadores, que, após oito anos de mandato, já têm assegurada a "mamata" de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), ou de juízes classistas, que ingressam na justiça do Trabalho "pela janela" e têm asseguradas polpudas aposentadorias após apenas 8 anos de efetivo exercício na função. Não!

O que se perdeu foi a oportunidade de buscarmos uma cobertura es-

tatal mais justa e mais equitativa para todos, servidores públicos civis e militares, trabalhadores urbanos e rurais, todos amparados por um mesmo sistema, com um teto de benefícios em torno de 20 salários mínimos, num sistema gerido de forma quadripartite, com a participação de empresários, trabalhadores ativos, inativos e governo, onde os desvios de recursos e corrupção façam apenas parte de uma lembrança distante.

Ao contrário disso, entretanto, o governo

preferiu a mediocridade!

Para tanto derrotou, com auxílio dos parlamentares do PMDB, do PFL, do PTB e do PPB, e de todos os outros que lhe dão sustentação, a proposta de proibição de desvios de recursos da Previdência para outras atividades, reduziu a proposta de gestão quadripartite a quase nada, não promoveu a criação de nenhum novo mecanismo de combate às fraudes, não assegurou a recuperação do poder de compra dos atuais aposentados, roubados desde 1991 em suas já combatidas aposentadorias.

Mas fez mudanças no governo. Mudanças no setor público onde a economia virá, mais uma vez, do arrocho sobre os baixos salários, enquanto os verdadeiros "marajás" do serviço público continuarão levando para casa aposentadorias superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Contra esses o governo fez o favor de aprovar a permissão de acumulação destas aposentadorias com a remuneração de cargos em comissão, ou de mandato efetivo. Ou seja, MAIS PARA QUEM JÁ TEM DE MAIS!

Enquanto isso os servidores de baixa renda (95% dos servidores público recebem menos que 10 salários mínimos) terão que esperar até 55 anos de idade para se aposentar, mesmo que já tenham trabalhado por 35 anos ou mais e, ainda assim, terão que comprovar 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo em

que se aposentem. Por outro lado, suas aposentadorias não mais terão paridade com os salários dos ativos, o que virá a causar-lhes a mesma odiosa situação a que estão submetidos os aposentados do setor privado: a percepção de valores cada vez menores em relação à sua remuneração quando em atividade.

A reforma em curso, desta forma, apresenta-se com mais força sobre o setor público e, como já dito, mais especificamente sobre os menores salários do setor, contraditoriamente com o discurso presidencial, que prega o fim dos privilégios, mas na verdade os incentiva.

No setor privado, as mudanças mais desejadas pelo governo foram postergadas para um segundo momento, que virá com a elaboração de uma lei complementar que regulará o funcionamento da Previdência e onde o governo tentará impor um maior prazo de carência para o gozo de benefícios; um maior número de contribuições mínimas vertidas para o sistema (hoje este mínimo está em torno de 7,5 anos); um aumento do número de salários de contribuição a serem considerados no cálculo do valor do benefício (hoje é 36 meses, o governo pretende fixar em 120); restrições à contagem do tempo de trabalho no regime de economia familiar exclusivamente para auferição de benefício deste regime etc.

Tais alterações, se aplicadas, trarão mais um sério prejuízo aos trabalhadores.

Há entretanto um aspecto que consideramos de suma importância e cuja aplicação trará desdobramentos facilmente previsíveis: trata-se da definição de que a Previdência deverá manter equilíbrio financeiro e atuarial. À primeira vista parece lógico que assim o seja. Entretanto, ao vislumbrarmos que tal dispositivo vem acompanhado da ausência de qualquer mecanismo que impeça a continuidade dos desvios praticados pelo governo sobre as contas da Seguridade, notamos com cla-

reza que os desequilíbrios virão, e quem os corrigirá serão os trabalhadores, mediante aumento de alíquotas ou redução de benefícios

O governo, entretanto, não foi de todo vitorioso! A ação da CUT e de outras entidades da sociedade civil conseguiu impedir que duas mudanças pretendidas pelo Poder Executivo tivessem êxito, quais sejam: a) a primeira delas, a privatização de boa parte do sistema, mediante a redução do teto de benefícios previdenciários dos atuais R\$ 830,00 para algo em torno de R\$ 300,00 a R\$ 500,00. Ao contrário do pretendido pelo governo, o teto foi aumentado para R\$ 1.000,00; b) a segunda se refere à mudança em todos os critérios de aposentadoria, que o governo pretendia fossem integralmente remetidos para a legislação complementar, que fixaria apenas a aposentadoria por idade, aos 65 anos. Também aqui a mobilização das entidades conseguiu manter no texto constitucional as definições vigentes, ainda que sofrendo algumas alterações.

Quanto à mudança de tempo de serviço para tempo de contribuição - colocada por alguns como a mais profunda mudança praticada - acabou não passando de uma mera mudança semântica, principalmente para o setor privado, uma vez que, em face do que foi negociado com a CUT, o texto final do relatório mantém praticamente

incólumes dos atuais meios de prova para comprovar o tempo de serviço, que continuarão valendo para comprovar o tempo de contribuição.

A reforma como um todo, porém, traz redução de benefícios para o con-

junto da classe trabalhadora, parte de imediato, parte a médio ou longo prazo, e, o que é pior, sem que se promovam as mudanças que são efetivamente necessárias ao bom funcionamento do sistema e à sua moralização.

* Luis Fernando Silva é representante da CUT no Conselho Nacional de Previdência Social

"O QUE SE PERDEU FOI A OPORTUNIDADE DE BUSCARMOS UMA COBERTURA ESTATAL MAIS JUSTA E MAIS EQUITATIVA PARA TODOS."

"A MUDANÇA DE TEMPO DE SERVIÇO PARA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NÃO PASSA DE MERA MUDANÇA SEMÂNTICA."

ORIENTAÇÃO

Testemunha ou perito?

Não é incomum acontecer de o psicólogo ser convocado a comparecer perante a justiça como testemunha em processos judiciais de pessoas por ele atendidas. Nesses casos o profissional sente-se pressionado a atender prontamente, sob pena de estar "desrespeitando a lei". Configura-se, então, um quadro de conflito entre o cumprimento da lei e o desrespeito aos preceitos éticos da psicologia, que mandam o profissional manter sigilo sobre as informações obtidas durante o atendimento.

Segundo orientação do conselheiro do CRP-06 José Alberto Simões Correia, "o profissional tem que responder à intimação no dia e na hora para os quais foi convocado, mas não necessariamente atender às exigências feitas pela justiça se elas forem contrárias aos princípios éticos da psicologia". A própria lei resguarda esse direito do profissional.

O que geralmente acontece é uma confusão entre dois tipos de ação que o profissional pode ter junto à justiça: a situação em que vai agir como testemunha e a outra em que é solicitado a prestar esclarecimentos técnicos sobre o paciente. A diferença é sutil, mas fundamental. Como testemunha o psicólogo deverá prestar informações sobre fatos concretos que tenha presenciado e que podem auxiliar na resolução do caso em questão. Essas informações, portanto, não podem ser baseadas nos depoimentos de seus pacientes ou em inferências que o profissional possa fazer a partir do atendimento que está

realizando. Um bom exemplo de testemunho é a informação do profissional psi sobre as condições físicas de uma criança durante o atendimento. Ele pode informar se a criança chegou ao seu consultório com marcas de espancamento ou não. Mas não pode afirmar que a criança tenha sido espancada por este ou aquele sujeito. Segundo informações de Alberto Correia, "em termos gerais o profissional pode e deve agir como testemunha nos casos em que for convocado".

Já a situação de perito é aquela em que o profissional é convocado para prestar informações técnicas sobre o paciente em questão. Nesses casos não há dúvida. Segundo o artigo 20 alínea a do Código de Ética Profissional, "é vedado ao psicólogo ser perito de pessoa por ele atendida ou em atendimento". A convocação da justiça, portanto, deve ser respondida e o profissional deve informar à autoridade judicial

CRP explica as diferenças entre a atuação do psicólogo como testemunha em processos judiciais e sua ação como perito

que não poderá atuar no caso.

Embora sejam duas situações claramente diferentes, no entanto, o conflito do profissional surge porque, embora convocado a prestar testemunho, pode ser indagado sobre questões cujas respostas caracterizem a situação de perícia. Por isso o Conselho recomenda que o profissional se certifique de que as informações que o juiz está solicitando não exigem seu posicionamento técnico. Caso exista esse risco o profissional não deverá fornecer nenhuma informação.

Para isso ele está respaldado em lei. Além do Código de Ética Profissional, o psicólogo pode solicitar ao juiz a aplicação do artigo 400, inciso II, do Código de Processo Civil, que diz o seguinte:

"CABE AO PSICÓLOGO ESCLARECER AO JUIZ SOBRE AS ESPECIFICIDADES DE SUA PROFISSÃO."

"Artigo 400 - A prova testemunhal é sempre admissível, não dispondo a lei de modo diverso. O juiz indeferirá a

inquirição de testemunha sobre fatos:

II - que só por documento ou por exame pericial puderem ser comprovados".

Em grande parte dos casos, vai caber ao profissional esclarecer ao juiz quando a ação do psicólogo, aos olhos da psicologia, ultrapassa os limites entre uma situação e outra. Por se tratar de ciência que lida com informações nem sempre apreensíveis para os profissionais de outras áreas de conhecimento, o psicólogo é quem poderá, em última instância, criar as condições em que sejam respeitadas as especificidades de sua profissão.

Informe publicitário

EXPRESSÃO CLÍNICA E PESQUISA EM PSICANÁLISE

CICLO DE DEBATES: PROBLEMÁTICAS CLÍNICAS

Data 16, 23 e 30 de maio às 20 horas

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:

(011) 524-9393 com Marília das 11:00 às 16:00hs

Informe publicitário

INEF

O INEF - INSTITUTO DE ESTUDOS E ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA

Continua com inscrições abertas para o Curso de Formação de Psicoterapeutas de orientação psicanalítica.

Informações:

Rua Traipu, 66 - Perdizes, São Paulo.

Fones: (011) 67-8688 ou 826-4030

JORNAL DO
CRP
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6. REGIÃO

Rua Borges Lagoa, 74
Fone: (011) 574-7133
Fax: (011) 575-0857
CEP: 04038-004 - São Paulo - SP

IMPRESSO

